



IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E DRAMA SOCIAL NA COMUNIDADE DE CURUPERÉ (BARCARENA-PA)

Maria Patricia Corrêa Ferreira¹

RESUMO

Este trabalho aborda as narrativas dos moradores da comunidade tradicional de Curuperé acerca dos impactos socioambientais gerados pela ação das empresas instaladas no pólo industrial de Barcarena (PA). A pesquisa contou com as informações fornecidas por 109 proprietários por meio de entrevistas semi-estruturadas. Ao retratar as consequências dos danos socioambientais que se estabeleceram na comunidade, objetiva-se refletir, a partir do ponto de vista dos moradores, sobre os impactos no modo de vida em Curuperé, decorrentes das atividades industriais da região. Essas narrativas retratam experiências que tomam forma de drama social em razão da vulnerabilidade social dos sujeitos envolvidos e da luta constante pela sobrevivência e pela garantia de seus direitos fundamentais.

Palavras-Chave: Comunidade de Curuperé. Impactos socioambientais. Vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa refletir sobre os impactos dos danos socioambientais vivenciados pelos moradores de uma comunidade tradicional localizada no município de Barcarena (mesorregião do Baixo Tocantins - PA), denominada de Curuperé. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 109 proprietários a partir das quais foram analisadas as interpretações relativas às suas experiências de vida, ao longo de um extenso processo de conflitos com o Poder público.

Visa-se apontar às consequências dos impactos ambientais originados pela atuação das indústrias no modo de vida local em virtude dos consecutivos episódios de contaminação do ar, da terra e da água que os moradores consomem. Expõe-se a forma como os moradores percebem os impactos da atuação das empresas, atingindo diretamente a qualidade de vida dessas pessoas que testemunharam o processo de aceleração do desenvolvimento industrial no município de Barcarena, que o elevou ao nível de Complexo Industrial, na mesma medida em que são negligenciados e desconsiderados os direitos humanos fundamentais da população local.

As consequências dos impactos ambientais na comunidade

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e mestre em Antropologia Social pela UNICAMP. Professora do curso de Direito da Estácio Castanhal-PA. Endereço eletrônico <mpatriciacorrea@gmail.com>



A água podre espantou os peixes de dentro do rio, o sarará que tinha foi embora, o camarão também. Só que nós não queria ver isso. Quando foi com sete anos atrás, sete ou oito anos atrás, nós começamos ver dentro dos nossos poços a água branca no fundo, igualzinho uma tapioca, e perguntamos: será que é caulim?. Pegamos o caulim e trouxemos pra nós ver e era o mesmo produto. Então, tá vazando para os nossos poços. Por que tá dando coceira? (...) Quando eu ia tomar banho e saía do banheiro eu passava álcool, até que passava a coceira. Acabaram com a nossa vida aqui (Anderson Carvalho, 30 anos).

A fala acima descreve os danos ambientais vivenciados pelos moradores, provocando outras necessidades relacionadas à falta de recursos para cuidar da saúde e a impossibilidade continuar trabalhando com a terra. A alteração no equilíbrio ecológico, provocado pelas contaminações e poluições, tem causado profundos impactos na qualidade de vida dos moradores da comunidade, tanto pela impossibilidade de trabalhar na terra quanto pelos problemas de saúde relatados pelos proprietários. Apesar de a saúde ser um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado que tem a obrigação de garantir serviços essenciais (CARVALHO, 2013), para as comunidades situadas no município de Barcarena, não há nenhuma política de amparo a essas populações.

Os nossos costumes, as nossas tradições se perderam com a implantação dos grandes projetos. Na verdade, foi isso que aconteceu, o grande impacto foi esse. Mas, como a mamãe fala, a gente ainda tem um pouquinho de índio, a gente gosta disso, de ta lá, o terreno é grande até o dia que a poluição chegar e a gente ter que se mudar para outro lugar. Eu espero que isso ainda demore muito, entendeu? (Jacqueline dos Anjos Marques, 30 anos).

A poluição não deixa a gente plantar, não progride. Hoje, até a própria terra já faz mal pra pele. Antes não existia isso. É difícil voltar o passado (Ailton Souza Lobato, 40 anos).

Em nome do “desenvolvimento” ocorrem perdas irreparáveis à natureza e à humanidade, tudo para garantir os interesses de poucos que se beneficiam da exploração desmedida dos recursos naturais e enriquecem com a devastação das florestas de forma predatória e poluindo os rios de maneira inconsequente. Viveiros de Castro chama a atenção para os efeitos desse processo:

Os 100 ou mais séculos de presença indígena na Amazônia nos deram presentes como a castanheira, a pupunha, o cacau, o babaçu, a mandioca, a borracha, dezenas de espécies de madeira de lei, águas limpas e abundantes, uma fauna rica e uma variedade



de outros componentes da economia tropical. Não vai ser incendiando milhões de hectares de floresta para plantar soja ou fazer pasto, roubando milhares de toneladas cúbicas de madeira nas barbas dos agentes fiscalizadores ou poluindo rios inteiros com o mercúrio dos garimpos que se vai “desenvolver” a Amazônia. (VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Amazônia antropizada**. Disponível em: <<http://piseagrama.org/artigo/1346/amazonia-antropizada/>> (Acesso em 14/11/2014).

O mesmo pode ser dito em relação à imensa destruição ambiental que atinge a comunidade de Curupeté e as demais comunidades situadas no polo industrial. Além disso, os moradores lamentam a falta de fiscalização sobre a utilização do dinheiro das multas aplicadas às empresas por causa dos vazamentos de lixo químico e industrial que contaminam os rios, o ar e o solo. De acordo com uma moradora: “eles vêm, pegam essas verbas todas, que é multas nossas, eles levam e não dão nada pra nós, entendeu? É triste. É por isso que a gente não quer mais ficar aqui, porque não adianta” (Maria de Fátima dos Anjos, 53 anos).

O município de Barcarena foi povoado pelos índios da etnia Martigura, que habitaram a região e deram origem à comunidade de Curupeté. De acordo com o registro de uma publicação da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Barcarena, intitulado “subsídios para um estudo da história do município de Barcarena” (1999), os Martigura foram um dos primeiros grupos indígenas a ocuparem a região. As narrativas dos moradores sobre o passado da comunidade são construídas a partir das lembranças das histórias contadas por seus avós, que relatam os costumes e as crenças dos “antigos” transmitidos para as gerações seguintes. Entretanto, ao ouvi-las, percebe-se um misto de orgulho de suas origens e tristeza ao falarem das difíceis condições de vida que enfrentam nos dias atuais. De acordo com DaMatta (1993), é preciso compreender as tradições como decisões coletivas interligadas e dinâmicas sobre o que ser, fazer e pensar; escolhas diante de um conjunto de opções sobre o que deve ser valorizado, isto é, um investimento e uma seleção entre muitas possibilidades de relações sociais e experiências históricas. Este argumento ajuda a compreender o que é a comunidade de Curupeté nos dias atuais.

Os moradores narram suas tradições, visão de mundo, crenças e hábitos deixados por seus antepassados e mantidos no cotidiano, dando sentido as suas vidas. Entre os costumes valorizados na comunidade estão a pesca artesanal, a agricultura de subsistência, o prazer de estar em contato com a natureza, o uso da medicina natural e alguns hábitos alimentares



(consumo de açaí, farinha e chibé, por exemplo). Porém, quando comparam o modo de vida no passado com estado atual, a fala dos moradores é marcada pelo sentimento de perda e de abandono.

A sensação de sofrimento passa pela lembrança de como era viver na comunidade no passado e como, ao longo de cinco décadas, foram assistindo a degradação da terra em que plantavam, do rio onde pescavam, da mata onde caçavam e coletavam seus alimentos e ervas medicinais.

O desemprego e o descaso do Poder Público

Além dos relatos sobre os problemas de saúde, agravam esse cenário a situação de desemprego, o escasso acesso a transportes, o acesso precário à energia elétrica, a falta de saneamento básico e a insegurança. Essas condições conformam o quadro de sofrimento social e de vulnerabilidade vivenciados pelos moradores da comunidade, afetando adultos, idosos e crianças.

No que tange à absorção da mão de obra dos moradores da comunidade de Curupéré pelas empresas, apenas uma pequena parte dos deles foi beneficiada:

Melhorou pra alguns, não foi pra todos, na parte de dinheiro. Uns estão isentos disso. Pessoas, mesmo, que nasceram, os tradicionais que nasceram nesse lugar, dos 100%, apenas vinte tiveram a oportunidade de trabalhar nas indústrias. A outra porcentagem tem que viajar, tem que ir pra fora. Até porque tem pessoas de fora que trabalham, hoje, nas indústrias aqui. Eu penso que pra alguns, desses 20% melhorou muito. Até porque a infraestrutura de Vila do Conde, e a nossa também, não tá legal, até porque eles querem mais usar o espaço do que dar aquele respaldo pra comunidade (Dario Medeiros dos Anjos, 23 anos).

A comunidade de Curupéré têm como características a agricultura familiar, a caça e a pesca de subsistência. Devido ao baixo grau de escolaridade dos moradores, essas pessoas encontram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho formal oferecido pelas empresas.

Há vários interesses em jogo. Tanto do governo do Estado quanto as empresas têm interesse na desocupação da comunidade. De um lado, isso ampliará a atuação das indústrias por meio de novas instalações, que resultam no aumento da arrecadação fiscal para o Estado; de outro, as empresas se desobrigam dos acordos que visam garantir os direitos fundamentais da população que vive nas comunidades ali existentes, podendo atuar com uma margem



considerável de diminuição de suas responsabilidades sociais. Como bem afirma Harzel (2015a), não investir nas comunidades, ameaçar de desapropriar as populações frequentemente e oferecer subempregos são estratégias dos governos e das empresas a fim de garantir seus interesses. O que se tem como resultado, afirma o autor (2015b) é a precarização das relações de trabalho e a marginalização das formas de produção e reprodução da população nativa.

Os esforços pela garantia dos interesses das empresas transnacionais e dos interesses econômicos do governo do Estado levaram a um processo de desterritorialização de algumas comunidades da região. Como mostrou Carmo (2011), é importante avaliar as perdas e as conquistas do desenvolvimento industrial na região que levou ao processo de desterritorialização que atinge as comunidades. Trata-se de uma reflexão necessária para que se sejam avaliadas e discutidas as consequências e os limites da atuação das grandes empresas e, assim, como afirma o autor, repensar esse processo de desenvolvimento local.

O processo de implantação das indústrias propiciou uma natural migração de trabalhadores para o município de Barcarena. O inchaço populacional atraiu também a criminalidade para o município. Relatam os moradores que, nos últimos anos, assaltantes e traficantes construíram rotas de fuga nas quais estão incluídas as comunidades, tornando os moradores alvos de suas ações. Desse modo, junto com o aumento populacional veio a ausência de controle social por parte dos órgãos responsáveis pela segurança pública na região. Instalou-se, assim, concomitante ao crescimento da área urbana, gerado pela infraestrutura necessária para a instalação das empresas, a violência e o medo.

Aqui era muito tranquilo, largava por conta e deixava o bicho [as “criações”] crescer à vontade. Hoje em dia, você tando do lado ainda vem o peste que ainda vem roubar, ainda. Nessa casa da minha tia aí, a minha mãe cansou de deixar tapioca aí dentro e quando chegava de manhã não tava mais. Eles entravam por cima do detalho e levavam. Às vez, terminava tarde, né? Pra levar por canoa pra lá, não dava pra levar tudo e largava aí. De noite, passou das dez horas em diante, é meio complicado. Tem traficante, inclusive eles passavam por esse igarapézinho. O cara passava por dentro dele de moto com medo de alguém chegar lá e segurar ele, pela benção de Deus. Um cara que vem de Abaetetuba abastecer os caras do outro lado (Ademil de Souza Lobato, 45 anos).

Não pode nem plantar nada aqui que roubam tudo. A gente fica numa situação difícil sem segurança (Ailton Souza Lobato, 40 anos).

O baixo grau de escolaridade é um fato comum em pequenas comunidades rurais, caracterizadas pela agricultura familiar, pela caça e pela pesca de subsistência. Essas pessoas encontram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho formal oferecido pelas empresas. Esta é uma realidade que se estabeleceu desde o princípio da efetivação dos grandes projetos desenvolvimentistas pois, de acordo com Rodrigues (2009), a partir de meados de 1950, o processo de industrialização passou a modificar a composição profissional da mão de obra.

Na comunidade de Curuperé, alguns proprietários alegam a falta de emprego na região e houve quem tivesse que viajar para outros municípios em busca de trabalho. Por estas razões, os moradores fazem muitas críticas à forma como os recursos naturais estão sendo degradados:

Quem ainda toma o açaí daqui, tá tomando com poluição. Até a pescada já tá com aço, a pescada, a pescadinha, já foi feita uma análise que já condenou o peixe. A nossa perca aqui foi muito grande, não tem mais vida, como a gente também. Se você for tomar um banho nessa água que tá, não demora tá igual um macaco se coçando e os olhos tá como uma pimenta. A mandioca pra gente fazer a farinha, colocava num saco, amarrava a boca num saco de trigo e enchia de mandioca. A gente não tem mais vida (Marcelino Monteiro Ribeiro, 65 anos).

Não pode plantar mais nada que a poluição mata tudo. A pupunheira não desenvolve mais. Nós tomamos água mineral porque a gente tem medo de tomar a água do pote e sem condições de comprar água e a nossa água era tão boa que você nem imagina. Você viu o igarapé? Aquela água ali era cristalina, quanto mais o sol quente, mais fria ela era. A poluição tomou conta de tudo (Expedito dos Santos Souza, 68 anos).

Deve-se salientar que as limitações quanto à manutenção de um estilo de vida tradicional, provocado pela presença e ação das empresas no município de Barcarena, conduziu os moradores da comunidade a uma situação de vulnerabilidade social e de reorganização social e cultural. Isso ocorreu porque, de um lado, foram impedidos de cultivar a terra e de usufruir da água do igarapé, dos poços, do peixe e do camarão dadas as contaminações que os afetaram e, por outro, porque a grande parcela dos moradores não atingiu o grau de escolaridade e de especialização exigido pelas indústrias, permanecendo a situação de desemprego para muitos.

O estado de degradação da natureza salta aos olhos de quem visita a comunidade. Os vazamentos de produtos químicos que atingiram os rios, a deteriorização da mata nativa e das árvores frutíferas, a baixa qualidade do que se colhe nas plantações e a poluição do ar são alguns



exemplos dos impactos ambientais vivenciados na comunidade. Mesmo com o rio e poços poluídos, apenas alguns moradores conseguiram o direito de receber galões de água, os quais as empresas responsabilizadas foram obrigadas, pelo Ministério Público, a distribuir. A forma como a Justiça lida com a gravidade da situação e os critérios que definem quem tem direito a receber assistência (como cestas básicas e galões de água) também passou a ser alvo de questionamentos.

Durantes as entrevistas, os moradores destacavam o discurso sobre o desenvolvimento da região e a chegada do “progresso”. Esse discurso ganhou força principalmente no contexto da instalação das indústrias de mineração e de metalurgia (CARMO, 2011). Entretanto, As promessas de geração de empregos, de aumento da renda familiar, de construção de escolas e de melhores condições de vida com a implantação de uma infraestrutura de transporte e fornecimento de energia elétrica não condiz com a realidade. Nesse sentido, como afirma Carmo (2011), trata-se de uma ideologia na qual a ideia de progresso e de modernização acabou por ameaçar o modo de vida existente, subjugando as populações locais, tais como os índios, os ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, quilombolas, entre outros, cuja maneira de viver está diretamente vinculada ao ecossistema da região amazônica.

Vale lembrar o poder simbólico da noção de desenvolvimento e, em especial, a ideia de que o interior precisa de desenvolvimento, como ressalta Iorio (2011). O autor enfatiza a construção da concepção de desenvolvimento enquanto representação social que pauta lutas simbólicas de acordo os interesses dos atores sociais em jogo, criando-se, desse modo, um aspecto de naturalidade a esta ideia. Os moradores relatam que os empresários reconheciam que o grau de escolaridade e as atividades exercidas com base no modo de vida tradicional não se adequavam às qualificações exigidas para o exercício do trabalho nas indústrias, mas mesmo assim, a imagem de progresso e a promessa de melhoria das condições de vida eram veiculadas e sustentadas.

Não tem emprego, não tem nada. O superintendente da Albras veio numa reunião aqui no centro comunitário e disse assim: “eu não vou botar um arrancador de mandioca, eu não vou botar um pescador dentro da fábrica porque a profissão deles não é essa”. E a gente falou “e aí? Nós vamos viver de que? (Marcelino Monteiro Ribeiro, 65 anos).



Sendo inviável cultivar a terra, pescar nos rios, caçar na mata e praticar o extrativismo, os moradores tentaram buscar oportunidades de trabalho nas indústrias que, como foi dito anteriormente, pouco absorveu essa mão-de-obra.

Na pesquisa, há relatos de moradores da comunidade que trabalharam nas empresas e eles afirmam que o lixo industrial é depositado sem qualquer critério nos rios. Esses trabalhadores experienciaram os paradoxos do sistema econômico no qual estão inseridos. Eles presenciam a destruição gradual do seu modo de vida e da natureza que tanto valorizam. Isso é retratado como um “conflito”, uma contradição a que estão sujeitos, pois não é mais possível viver, de forma plena, a vida tradicional de antes. Os moradores descreveram o sentimento de perda da seguinte forma:

Era do que a gente vivia, assim, fora de roça e pesca porque o papai também sempre pescou, meu pai é pescador, desde que eu me entendo, ele sempre foi pescador até hoje. Inclusive eu ‘foi’ embora daqui da região porque não tem mais isso. Agora, a gente vai no igarapé e a gente não vê nada mais, nada. A gente brincada de bola, fazia balanço, era muito legal. Foi coisas que se perdeu. Quando essas empresas vieram pra cá para o Conde, acabou (Simone Souza dos Anjos, 35 anos).

Nós fomos tirados de uma condição tradicional, né? Vivendo da caça, da pesca, não tínhamos energia, nem nada, mas, do nosso modo, a gente era muito feliz, mais do que agora (Maria da Conceição dos Anjos Furtado, 50 anos).

A gente ficou aqui e perdeu a nossa saúde, perdemos a nossa alegria porque tudo isso aqui era a nossa alegria, a nossa paz, a nossa harmonia. Pra mim, eu perdi todo o meu patrimônio (Mediã Dias Cardim, 39 anos).

A gente perdeu tudo, a nossa vida natural, que é a maior tristeza, né? A gente perder tudo do lugar onde a gente nasceu, tudo o que a gente tinha. A nossa riqueza era isso aqui, o igarapé onde tinha o peixe, o mato onde tinha a caça, onde a gente fazia a nossa roça, onde a gente fazia a nossa farinha. Hoje, nós não temos mais nada disso. A única coisa que restou pra nós foi a poluição, que até o lençol freático tá poluído agora. A gente bebe essa água porque a gente não tem condições de comprar água mineral porque as empresas nunca olharam pra gente, assim, né? Eles mandam água pra cá? Nem pra todo mundo, é difícil, alguns que ganham a água. A nossa vida acabou (Esmeralda Monteiro Moreira, 50 anos).

Os moradores sentem que foram abandonados, rejeitados e excluídos desse projeto de desenvolvimento e reivindicam a garantia de seus direitos básicos. Eles recorreram ao Ministério Público para assegurar esses direitos. Nesse processo de luta e de resistência, as



iniciativas dos moradores fizeram com que fossem tomadas várias medidas que contribuíram para que a situação ganhasse visibilidade diante dos prefeitos, dos representantes do governo do Estado e do Ministério Público. Mas, na prática, não houve mobilização suficiente e tampouco eficiente por parte das autoridades (governo do Estado e Justiça) para que as demandas e necessidades da população local fossem atendidas.

Diante dessa conjuntura, a organização dos moradores se tornou imprescindível para a permanência na comunidade e fez com que eles desenvolvessem e expressassem um olhar crítico em relação à atuação do Poder Público frente à difícil situação que se encontram. Neste aspecto, a fala da líder comunitária é incisiva:

As pessoas tiraram esse direito nosso, as empresas juntamente com o Estado, porque o Estado é omissivo, porque ele é omissivo; se ele não fosse, garanto que já tinham resolvido esse nosso problema há muito tempo. Não é só a invasão do caulim, não é só a chuva ácida não é só isso, não são 3 anos, são quase 40 anos que nós estamos sendo prejudicados aqui. E nós não temos retorno de nada, o Estado nunca deu um copo de água pra nós. Até a água mineral que vem, tem sempre aqueles espertinhos que vão na frente e pegam, depois estão tudo vendendo a água mineral, gente que nem é da nossa comunidade. Curuperé leva muita gente na costa, entendeu? (Maria de Fátima dos Anjos, 53 anos).

Lutar pela sobrevivência se tornou imperativo para os moradores da comunidade e tal mobilização reavivou o sentido de resistência coletiva. Isso significou conhecer melhor os seus direitos e uma necessidade constante de articulação entre os moradores, fator este que fortaleceu o senso de pertencimento e de organização coletiva na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma nuvem de grande insegurança e de dúvidas paira sobre os moradores da comunidade de Curuperé atualmente. As mudanças ambientais enfrentadas e o descaso do governo do Estado para com o sofrimento dos moradores da comunidade, até então, deixam latentes as incertezas sobre o futuro que recai não só sobre a questão da subsistência dos moradores, mas, sobretudo sobre o sentido da vida, especialmente para os mais velhos. Entre os mais jovens a insegurança não é menor, pois também não enxergam boas perspectivas, haja vista que são igualmente excluídos e marginalizados.

As atuais experiências de vida e de dificuldades para a sobrevivência provocaram nos moradores a sensação de estarem sendo expulsos de seu território. O contexto de drama social



que foi apresentado é um retrato do sofrimento social que repercute na decisão (compulsória) da venda das propriedades para o governo do Estado que, mesmo com a sua efetivação, não logra nenhuma garantia de melhoria das condições de vida e de subsistência para os moradores de Curuperé.

REFERÊNCIAS

CARMO, Eunápio Dutra do. Ordenamento territorial e deslocamento de Comunidades locais em Barcarena (Amazônia Oriental): usos, abusos e saberes. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, IPEA, 47, CODE, 2011.

DAMATTA, Roberto. **Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

IORIO, Gustavo Soares. Sertão, território e desenvolvimento: reflexões sobre o imaginário desenvolvimentista brasileiro. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, IPEA, 47, CODE, 2011.

HAZEU, Marcel Theodor. **O Não-lugar do outro: Sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. 2015a.

_____. Barcarena: trabalho e mobilidade numa fronteira amazônica globalizada. **Textos e Debates**, n. 27, v.1, p. 123-146, 2015b.

CARVALHO, Ivo de. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030** - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário. Rio de Janeiro:

Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Vol. 2. p. 19-38, 2013. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/8pmmmy/pdf/noronha-9788581100166-03.pdf>> Acesso em 20/09/2017.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARCARENA. **Subsídios para um estudo da história do município de Barcarena**. Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e atitudes operárias**. Estudo de um grupo de trabalhadores. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Amazônia antropizada**. Disponível em: <<http://piseagrama.org/artigo/1346/amazonia-antropizada/>>(Acesso em 14/11/2014).